

Instituto de Ciências Sociais

Universidade de Lisboa

www.ics.ul.pt

Working Papers

Leitura e leitores nas bibliotecas da Fundação Gulbenkian (1957-1987) *

Daniel Melo **

WP 1-04

February 2004

Please address correspondence to
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - UNIVERSIDADE DE LISBOA
Avenida Professor Aníbal de Bettencourt, 9 1600-189 LISBOA
Telef: (351) 217 804 700 – Fax (351) 217 940 274
e-mail: daniel.melo@ics.ul.pt
URL: <http://www.ics.ul.pt/>

* O presente texto é uma versão revista e resumida de parte do capítulo 8 da minha tese de doutoramento, *A leitura pública no Portugal contemporâneo (1926-1987)*, Lisboa, ISCTE, 2002 (a publicar brevemente pela Imprensa de Ciências Sociais).

** Investigador associado sénior do ICS-UL; bolsheiro de pós-doutoramento da FCT-MCES.

Introdução

Neste *working paper* analisa-se a oferta e a procura nas bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), abrangendo o período que medeia entre o lançamento do seu projecto bibliotecário e o surgimento dum estrutura estatal de leitura pública. Pretende-se comprovar a tese de que a leitura oferecida pela Gulbenkian obedeceu a delicados compromissos, designadamente quanto ao público privilegiado e à oferta bibliográfica, aspectos essenciais dum serviço bibliotecário. Em consonância, proponho-me também verificar a evolução das relações com o poder político por parte dum instituição excepcional no país (note-se que a FCG foi a única associação da sociedade civil instituída por decreto-lei sob o Estado Novo, o n.º 40690, de 18/VII/1956), tanto em contexto ditatorial como no democrático. Esta análise acompanhará uma das actividades centrais no projecto da Gulbenkian, por sinal a que lhe conferiu maior popularidade e que causou maior impacto junto da comunidade nacional.

O presente texto encontra-se dividido em duas partes. Na primeira parte abordam-se os critérios de selecção e distribuição dos livros e sua relação com directrizes sócio-culturais e ideológicas. Na segunda parte, analisa-se o perfil do leitor das bibliotecas da FCG, com vista a aferir a sua correspondência com as intenções originais da instituição em termos de público-alvo e com a oferta bibliográfica.

Escolha dos livros: conteúdos e directrizes sócio-culturais e ideológicas

A escolha de livros para as bibliotecas da FCG obedeceu a um mecanismo processual diverso do habitual nas bibliotecas públicas desde a democracia, onde os fundos básicos têm direito a guias elaborados por especialistas (i. e., bibliotecários com muita experiência e mérito). O fundo inicial do departamento sectorial da FCG, o Serviço de Bibliotecas Itinerantes (SBI)¹, foi elaborado tendo em consideração os objectivos inicialmente estipulados, ou seja, para o conjunto da população e atendendo a especificidades etárias (crianças, adolescentes e adultos). Por grandes áreas disciplinares, dedicou-se muita atenção à literatura, ainda que se contemplasse todas as áreas da Classificação Decimal Universal (CDU) e se ressaltasse um espaço relevante para as várias ciências (sociais, humanas, puras, aplicadas) e para textos informativos, os quais se foram reforçando ao longo do tempo. Dentro da literatura, além da consagração de certa literatura nacional oitocentista (Camilo, Júlio

¹ Este departamento seria redenominado de Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas (SBIF) em 1983 e de Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura (SBAL) em 1993. Foi extinto em 2002 (cf. Coelho, 2003).

Dinis e Eça, sobretudo), também se deu especial relevância à literatura modernista, o que granjeou um grande auditório para as obras dos próprios directores e outros funcionários superiores do Serviço, todos eles ficcionistas e alguns também ensaístas.

A oferta bibliográfica: conteúdos e directrizes

O primeiro catálogo das bibliotecas da FCG foi publicamente divulgado em finais de 1960, através do *Boletim Informativo*, contendo 1674 registos, os quais equivaliam, regra geral, a distintos títulos (cf. “Catálogo dos livros..”, 1960). Segundo a circular 1 da FCG (de 1/VIII/1957), inicialmente apenas se previam livros de “literatura” (“para adultos e para menores”), de “história” e de “assuntos técnicos”².

Porém, o catálogo inicial já contemplava todas as classes da CDU, indo além daquelas 3 áreas, embora estas correspondessem ao essencial do seu conteúdo (cf. quadro 1).

Quadro 1: oferta bibliográfica das bibliotecas da FCG, por CDU (1960, 1961 e 1988)

n.º	nome da classe	n.º de títulos (1960)	% 1960	n.º de volumes (1961)	% 1961	n.º de títulos (1988)	% 1988
4*	filologia	10	0,60	843	0,29		
8*	literatura (sem A e C)	478	28,55	74049	22,75	<697	<36,86
A*	literatura para adolescentes	>56	>3,35	68430	21,02	68	3,60
AD*	obras de informação para adolescentes			2938	0,90	29	1,53
C*	literatura para crianças	<522	<31,18	138443	42,53	98	5,18
CD*	obras de informação para crianças			1300	0,40	41	2,17
	manuais escolares [só em 1988]					137	7,24
0	generalidades	22	1,31	927	0,29	69	3,65
1	filosofia [tb. psicologia em 1988]	55	3,29	5623	1,73	72	3,81
2	religião	12	0,72	2152	0,66	18	0,95
3	ciências sociais	30	1,79	2562	0,79	193	10,21
5	ciências puras	63	3,76	2646	0,81	43	2,27
6	ciências aplicadas	216	12,9	5040	1,55	161	8,51
7	belas-artes; desporto	62	3,7	2528	0,78	100	5,23
8	literatura (incluindo A e C) e filologia	1066	63,7	281765	86,56	863	45,64
9	biografia; geografia; história	148	8,84	18032	5,54	165	8,73

Fontes: “Catálogo dos livros..”, 1960, pp. 14-47; “Três anos..”, 1962, p. 209; Fernandes, 1990, p. 513. Legenda: o registo 2935 do catálogo de 1960 foi contabilizado 2 vezes dado estar incluído em 2 secções distintas; asterisco para classes somente constantes da classificação da FCG (e não da CDU); a classe 4 não existe actualmente na CDU (estando a filologia integrada na classe 8); é impossível atribuir um valor exacto à rubrica «literatura (sem A e C)» em 1988 por a literatura geral estar então agregada à filologia (ou melhor, à linguística).

Pela distribuição na CDU, constata-se que a literatura (sem a linguística e a história literária) representava perto de 2/3 do fundo (63%), enquanto a história (incluindo biografia) e os “assuntos técnicos” (equiparados às ciências aplicadas) detinham valores minoritários (embora relevantes) em torno dos 7 e dos 13%, respectivamente. Na literatura destacam-se as rubricas de ficção para leitores até 14 anos (31,18%) e a homónima para adultos (23,89%).

Nas ciências aplicadas destacava-se a agricultura, com 7,35% dos registos. Num segundo nível minoritário surgiam as ciências puras & naturais (3,74%), as artes & desportos (3,70) e a filosofia (3,29). Num nível quase residual surgiam a religião (1,79%) e as generalidades (1,31). Se reordenássemos esta grelha para obtermos o valor das ciências sociais e humanas em sentido lato (classes 1, 3, 9 e parte da 8 de não ficção, respectivamente filosofia, ciências sociais, biografia/ geografia/ história e literatura/ linguística), obteríamos cerca de 14,52% do total, o que significava alguma atenção quanto a uma leitura mais reflexiva.

Os autores mais representados eram, por ordem alfabética de apelido (e a partir de 5 registos, incluindo livros de co-autoria) e por ordem de secções:

–livros para leitores até 14 anos: Salomé de Almeida (39), Emilio Salgari (34), Jules Verne (28), José Rosado (22), Leyguarda Ferreira (21), Costa Barreto e Berthe Bernage (20), Condessa de Ségur (18), Fernando de Castro Pires de Lima (17), M.^a Vitória Garcia Ferreira (10), Charles Perrault (9), Andersen, Enid Blyton e Vera Borba (8), irmãos Grimm, John Pudney e Aquilino (7), Arlete Guimarães e Olímpia Orvalho da Silva (6), Luísa Alcott, Virgínia de Castro e Almeida, Mário Constante, Henry Dalton & Philip Gray, Francis J. Finn, M.^a Sofia Manso Preto e Ana de Castro Osório (5 registos);

–livros para leitores entre os 15 e 17 anos: Henrique Lopes de Mendonça (7);

–livros “úteis e curiosos” para leitores até 17 anos: Adolfo Simões Müller (9, +1 da 1.^a secção);

–ciências aplicadas: M. Lenglen (8), Artur Castilho (7) e A. de Almeida (5);

–ciências puras & naturais: Eduardo Sousa de Almeida (2, +3 da secção anterior);

–educação: O. S. Marden (8);

–literatura para adultos (romance, conto, novela): Camilo (30, +1 em belas-artes), Eça (12), Hall Caine (11), Balzac e Walter Scott (10), António de Campos Jr. (8), Charles Dickens (7, +2 da 1.^a e +1 da 3.^a secções), Aquilino (6, além das 7 da 1.^a secção), Domingos Monteiro (6, +1 de teatro), J. Dinis, Branquinho da Fonseca, Herculano e Victor Hugo (6), Ferreira de Castro (5, +1 em viagens), Tolstoi (5);

–literatura para adultos (poesia): Camões (7, além da contabilização do mesmo registo em diversos de literatura e em belas artes);

–literatura para adultos (diversos): pe. António Vieira (11);

² Cf. Arquivo Histórico do SBAL-FCG, cx. «Correspondencia[/] Camaras Municipais[/] Inquerito Inicial» (1957-60), fl. [1]. Não confundir esta circular com as do SBI/SBIF/SBAL. Doravante, as remissões a documentos de arquivo sem identificação do respectivo arquivo respeitam ao Arquivo Histórico do SBAL-FCG.

- história literária: Régio (1, +2 de novelas, 2 de poesia e 1 ensaio sobre arte);
- “história de Portugal e do mundo”: Elaine Sanceau (5, +1 da secção de autores de livros “úteis e curiosos” para leitores até 17 anos e 5 biografias);
- biografias: Américo Faria (9), Mário Gonçalves Viana (8), Stefan Zweig (4, +3 novelas), Mário Domingues (2, +1 da secção de autores de livros “úteis e curiosos” para leitores até 17 anos e 2 da secção de “história de Portugal e do mundo”);
- belas-artes: Gil Vicente (6), Almeida Garrett (4, +2 novelas e 2 livros de poesia).

A maioria dos principais autores mais representados na área da ficção era igualmente a mais escolhida pelo público num inquérito de 1971 feito a 3687 leitores de 26 bibliotecas continentais da FCG (vd. Tengarrinha, 1973; para uma análise deste estudo vd. Melo, 2002, p. 200-206).

Também é interessante verificar que alguns dos livros mais relevantes de Eça em termos de reflexão crítica não constavam desta lista da FCG, embora este autor não figure na lista disponível dos livros proibidos pela ditadura (cf. Portugal. PCM. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1981), a qual não é exaustiva. As bibliotecas da FCG representariam, assim, uma boa oportunidade para disponibilizar obras como *O crime do padre Amaro*, dada a perseguição a que eram votadas e tendo em conta que não estavam oficialmente proibidas. De facto, este livro, em particular, era tão censurado que não era preciso ser proibido. Embora este fenómeno prevalecesse sobretudo nos meios mais conservadores e em parte das bibliotecas estatais, os tabus eram do conhecimento geral. Nesse sentido, as lacunas relativas à selecção de Eça revelam um surpreendente paralelismo com as da biblioteca ambulante do SNI (vd. Melo, 2002, cap. 3). Assim, da lista de obras mais críticas para a realidade nacional e omitidas na escolha do SNI– *Uma campanha alegre* (ou seja, a parte de Eça nas *Farpas*), *O crime do padre Amaro*, *O primo Basílio*, *A capital*, *O conde de Abranhos*, *Alves e c.^a* e *Os Maias*– apenas figuravam *O primo Basílio*, *A capital* e *Os Maias*. As restantes obras terão uma entrada desfasada no tempo: *O conde de Abranhos* entre VIII-XI/1960 (cf. *Boletim Informativo*, I série, n.º 2, I/1961, p. 72), *Alves e c.^a* entre IX-XI/1961 (cf. *idem*, I série, n.º 6, 1962, p. 229), *Uma campanha alegre* entre V-VII/1967 (cf. *idem*, II série, n.º 10, 1968, p. 322), *O crime do padre Amaro* em 1964 (cf. *idem*, II série, n.º 1, 1964, p. [17]), 1968 (a versão original, ‘disfarçada’ na recolha *Prosas esquecidas*; cf. *ibidem*), 1969 (cf. *idem*, II série, n.º 15, 1969, p. 494) e 1971 (a versão definitiva e

autonomizada; cf. *idem*, II série, n.º 23, 1971, p. 130)³. Além disso, pelo menos 2 destes títulos somente entrariam a pedido dos leitores e somente passados 10 anos sobre a estreia do acervo original: *Uma campanha alegre* (disponível exclusivamente na sede do SBI, ap. fonte já citada, donde fora solicitado por um leitor) e *O crime do padre Amaro*. Este fenómeno podia ter a ver com a vontade de não melindrar as autoridades e entidades mais conservadoras no início do processo ou, simplesmente, com faltas no mercado editorial. Não deixa, porém, de ser revelador da situação de constrangimento na divulgação (ou mesmo ocultação) de certas obras, de certos assuntos, de certas abordagens. Apesar da introdução pausada de determinadas obras, a contestação não deixou de ecoar: registre-se, a título exemplificativo, a condenação da presença de *O primo Basílio* na oferta da FCG por entidades locais, como relata Graça dos Santos em testemunho supracitado.

Pode dar-se ainda o exemplo de José Cardoso Pires, um prestigiado renovador da sátira política, ausente das bibliotecas da FCG até 1970 (e, neste ano, introduzido apenas com *Jogos de azar*), apesar de então já estarem publicadas várias das suas obras mais marcantes: *O anjo ancorado* (novela, 1958), *Cartilha do marialva* (ensaio, 1960), *O render dos heróis* (teatro, 1960), *Jogos de azar* (contos, 1963), *O hóspede de Job* (romance, 1963) e *O delfim* (romance, 1968; cf., respectivamente, *Boletim Informativo*, II série, n.º 20, 1970, p. 688, e Saraiva & Lopes, 1985, p. 1133/4). A este propósito, o inquérito às bibliotecas da FCG de 1971 revela que ainda nesse ano se mantinha a mesma oferta (cf. Tengarrinha, 1973, p. [3]). O mesmo autor aditou outros títulos de Cardoso Pires presentes nas bibliotecas da FCG (*O delfim*, *O anjo ancorado*, *O hóspede de Job* e *O render dos heróis*, respectivamente com 8, 7, 5 e 2 exemplares), mas ressalvando terem sido “adquiridos a pedido de leitores” e reiterando a sua “maior estranheza” face a tão poucos exemplares deste autor já consagrado (cf. *idem*, p. 73). Tal situação podia assentar numa represália por Cardoso Pires ter feito, em 1967, um contrato com a Moraes Editores que proibia a venda dos seus livros à FCG (cf. Pires, 1999, p. 19). Esta atitude, por sua vez, terá sido uma resposta à colagem da chefia da FCG ao regime no caso da atribuição do Grande Prémio de Novelística da Sociedade Portuguesa de Escritores a Luandino Vieira, em 1965 (cf. *idem*, p. 181/2; sobre este caso vd. Castelo, 1995).

Seja como for, é inegável que a própria selecção inicial já contemplava autores e títulos autóctenes inconvenientes para os cânones oficiais e coincidentemente ligados à

³ Adite-se que a versão original de *O crime do padre Amaro* (de 1876) era menos crítica do clero católico português do que a 3.ª e última (de 1880), fixada pelo autor (cf. Mónica, 2002). O próprio processo de construção desta obra pode também ser lido como um jogo com o poder estabelecido, à semelhança da selecção bibliográfica gradual da FCG planeada por Branquinho da Fonseca.

oposição, como p. e. Aquilino, Ferreira de Castro, Sérgio, Régio, Sophia, Namora, Torga, Manuel da Fonseca, Virgílio Ferreira, Mário Braga, etc.. Entre os autores estrangeiros, destaque-se Dickens, Faulkner, Hemingway, V. Hugo, Orwell (com a ‘ousadia’ de disponibilizar o seu libelo anti-totalitário 1984), Steinbeck e Voltaire. Além do mais, e como já aludi atrás, também permitia consagrar os autores mais contemporâneos, sobretudo os portugueses considerados «modernos», embora prevalecesse a lógica então corrente de respeito por uma certa tradição literária nacional (sobretudo oitocentista). Talvez se possa considerar uma selecção de compromisso, dada a boa presença de autores ligados ao regime, de certos títulos, de certas temáticas, a proporção entre disciplinas, donde as hierarquias pré-definidas, etc.. Apesar e por ser uma selecção de compromisso representava uma oferta inovadora.

Em 1961, foram acrescentados mais livros ao fundo original, num total de 325513 exemplares (cf. “Três anos..”, 1962, p. 209). Esta nova aquisição foi feita pelos e para os serviços centrais, sendo posteriormente distribuída pelas bibliotecas segundo os seus pedidos e a ponderação superior, ou seja, potencialmente, cada unidade passaria a ter um fundo único e irrepetível, dentro dum lote restrito pré-definido (vd. circular 33 do SBI, de 26/VII/1961). Seja como for, este reforço bibliográfico tinha uma distribuição por classes da CDU que confirmava o figurino anterior, ou seja, prevalência absoluta da literatura, além da prescrição de todas as classes, com uma certa relevância para a história (parte principal da classe 9) e para as ciências sociais e humanas (classes 1, 3, 7, 2 e 4; cf. Melo, 2002, quadro 31).

No entanto, a literatura era a área mais reforçada, muito graças ao aumento comparativo das secções para crianças e adolescentes, sobretudo desta última. Tal tendência ligar-se-ia a uma maior procura por parte destes grupos etários relativamente aos restantes e, no caso dos adolescentes, a um maior défice relativo de oferta.

Desde o início que o projecto bibliotecário da FCG previa a possibilidade dos leitores solicitarem o empréstimo de obras que as suas bibliotecas não possuíam, o que foi uma inovação no país. Isso já constava na brochura regulamentar das bibliotecas da FCG, porém, implicando a necessidade do leitor “justificar devidamente, por escrito, o seu pedido, o qual será ou não atendido, conforme o Director do serviço julgar ou não conveniente”⁴. Por aqui se depreende também que o sistema não era totalmente livre, revelando mesmo bastante centralismo e poder discricionário por parte do director relativamente ao leitor. Alguns dos

⁴ Cf. *Instruções...*, [1958], s. p. (art.º 15).

limites desta prerrogativa seriam explicitados por Branquinho da Fonseca: assim, logo na circular 1 às bibliotecas do SBI (IX/1958), este referia que as bibliotecas itinerantes, dadas as suas “características fundamentalmente populares”, não podiam “comportar obras eruditas, de especialização científica, ou em línguas estrangeiras”⁵. Este preceito era muito importante, pois não respeitava apenas aos hipotéticos pedidos dos leitores, abrangendo a potencial oferta bibliográfica da FCG em geral, presente e futura. Nesta mesma circular determinava-se ainda que a eventual proposta de aquisição pelo leitor de “obras m̀eramente recreativas” devia ser “considerada como uma simples sugestão, não devendo estranhar-se que o pedido não seja satisfeito”, pois poderiam vir a ser incluídas nas bibliotecas mais tarde, devendo os leitores serem “sempre aconselhados a fazer a escolha entre os livros patentes nas estantes”. As propostas dos leitores seriam feitas em “requisições especiais”, as quais só “excepcionalmente” deveriam ser utilizadas. Além disso, a circular 4 (3/XII/1958) aduzia que estas se destinavam “normalmente” a adultos, pelo que os menores de 18 anos teriam que “justificar convenientemente” o pedido inscrito na sua requisição especial. Na carta-circular de 28/IX/1960, além da repetição da referência aos livros recreativos, seria advertido que as requisições se destinariam exclusivamente a “obras de informação ou de reconhecido valor literário”. Quanto ao valor literário, não havia mais explicações. Era solicitado ainda que, doravante, fossem mencionadas a idade e a profissão dos leitores nas «requisições especiais».

As «requisições especiais» não tiveram uma vida fácil: logo na circular 3 ([finais de 1958]) solicitava-se laconicamente a devolução aos Serviços Centrais do SBI de 220 livros (ou 219 títulos) constantes duma lista anexa, imediatamente após a sua entrega pelos leitores requisitantes. Embora esta circular não referisse explicitamente tratar-se de obras adquiridas segundo sugestão dos leitores, a confrontação de certos títulos desta lista com a lista inicial publicada no órgão impresso (vd. supra) não deixa margem para dúvidas. Eis alguns exemplos da lista da circular 3 que não constam da lista inicial (que, sublinhe-se, apenas foi divulgada no final de 1960): *As farpas - a religião e a arte* (Ramalho Ortigão), *Os gatos* (Fialho de Almeida), *O crime do padre Amaro* (Eça), *Fanga* (Alves Redol), *Germinal* (Zola), *Pátria* (Guerra Junqueiro), *Volfrâmio* (Aquilino), entre os de ficção; e *A revolta dos escravos de Espartaco* (Rafael Giovagnoli), *Das laben Jesu* (Edzard Schaper), *Die liebesschankel* (Stefan Andres), *Gedichte und balladen* (Friedrich Schiller), *Ensaio sobre a vida sexual*

⁵ Cf. cx. «Correspondencia[/] Circulares», 1958-83. As circulares às bibliotecas a seguir referenciadas estão contidas nesta cx., excepto a circular 3 e a carta-circular de 28/IX/1960, insertas na cx. «Circulares[/] Cartas-Circulares[/] Regulamentos e Instruções», 1958/82.

(Gregório Maraňon), *Angola e o futuro* (A. Casimiro), *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal* (Herculano), entre os ensaios e obras em língua estrangeira. Aliás, destes, e para além do já falado de Eça, apenas o livro de Redol seria mais tarde disponibilizado às bibliotecas, e ainda assim só em 1970 (cf. *Boletim Informativo*, II série, n.º 20, 1970, p. 688). Note-se que nenhum deles constava da lista disponível dos livros proibidos pela ditadura (cf. Portugal. PCM. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1981), que, como já disse, não é exaustiva. A circular 5 ([de entre XII/1958 e V/1959]) retomaria o pedido de devolução, mas anunciando o envio duma nova lista que anularia e substituiria a anterior (lista essa que não consta da pasta com circulares do Arquivo da FCG).

No início de 1963, o serviço das «requisições especiais» seria alterado, criando-se a Biblioteca Central de Empréstimo” (BCE), na sede, que serviria para guardar aqueles livros solicitados pelos leitores que, “pelo seu preço ou limitada leitura[,] não se justifique que fiquem imobilizados” nas bibliotecas (cf. circular 53, de 20/II/1963). Após a leitura pelo interessado, e caso não houvesse uma reserva feita por outro leitor, a devolução à sede deste tipo de obras deveria ser imediata. Além disso, tais obras seriam assinaladas com um asterisco nos catálogos incluídos no órgão impresso, seriam “marcadas com um fita colocada obliquamente na lombada” e seriam arrumadas em estantes inacessíveis aos leitores. Pouco depois, seria explicitamente referido o caso de “alguns livros técnicos de menos consulta”, para os quais se destinaria idealmente a BCE (cf. circular 76, de 12/VII/1965). No ano seguinte, este serviço seria vedado expressamente aos leitores com atraso injustificado na devolução deste tipo de livros ou que os tivesse perdido ou estragado (cf. circular 83, de 16/II/1966; para o primeiro caso cf. também circular 82, de 6/I/1966). Seria ainda desaconselhado satisfazer pedidos de utentes interessados sem “preparação para compreender a obra” pretendida (cf. circular 83). O perfil do leitor da BCE era então definido: “As obras que [a] constituem (...) são, de um modo geral, destinadas a leitores cultos”.

Retomando a oferta bibliográfica genérica, num balanço de meados de 1965, a FCG anunciava que até então tinha adquirido 1766212 livros para todas as suas bibliotecas e 27613 para as oferecidas a colectividades de recreio, desportivas e outras (incluindo militares), tendo despendido acima de 32 milhões de escudos com a sua compra (os últimos custaram 1369605\$00; cf. “A actividade desenvolvida..”, 1965). Nesse palco privilegiado de ligação ao livro que era a Feira do Livro de Lisboa, e na qual a FCG se fazia representar com as suas edições numa banca própria, Azeredo Perdigão apresentou então uma perspectiva nacionalista da acção desta entidade no domínio da leitura:

“todos os volumes que figuram nas bibliotecas da Fundação ou por esta ofertadas, são sujeitos à leitura e análise de um juiz, podendo por isso afirmar-se que a acção cultural da instituição tem um nítido carácter nacionalista, de que não se desviará, prosseguindo-se, assim, uma actividade de claros objectivos”.

A questão do binómio nacional/ estrangeiro fora e seria focado pela direcção do Serviço de modo mais discreto e equilibrado. Assim, em 1970, Branquinho da Fonseca chama a atenção dos encarregados para a necessidade destes aconselharem “convictamente” a preferência por autores portugueses aos leitores⁶. As justificações eram de duas ordens: em primeiro lugar, tal leitura era a “primeira condição para o conhecimento da nossa cultura e para o melhor domínio da língua portuguesa, factor essencial da elevação e da capacidade intelectual dos leitores”; em segundo lugar, por causa da “inferior qualidade” da “maior parte das traduções”. Nesse sentido, as bibliotecas seriam doravante abastecidas com um “maior número de exemplares de livros de autores portugueses” e, por seu lado, deveriam enviar “requisições especiais” à BCE para obviar a eventuais “clássicos” lusos em falta.

Em 1971, Branquinho da Fonseca via-se obrigado a recomendar “novamente” aos encarregados para que fizessem uma “criteriosa selecção das requisições especiais”, “dado o grande número” diário de recepção destas na sede (cf. circular 139, de 6/VII/1971). Nesta circular referia-se as “limitações da verba” como uma das duas razões (ao lado do crivo dos funcionários) para o indeferimento de certos pedidos. O indeferimento pelos serviços centrais seria geralmente tácito, mas uma justificação deveria ser apresentada aos utentes interessados. Assim, apenas deviam ser consideradas as obras com “valores ou interesses que justifiquem a excepção e urgência implícitas no uso de uma requisição especial”.

Após a revolução de 1974, rompem-se as hierarquias anteriores de selecção de livros, concedendo-se prioridade a obras sobre política e sociedade, por pressão dos trabalhadores do SBI. Desde logo, a verba disponível para aquisição livreira seria concentrada na «aquisição de livros de natureza política e social de que as nossas bibliotecas estavam particularmente necessitadas»⁷. Noutra fonte surge nova referência para esta mudança de critérios: em finais de 1974, o novo Colégio Directivo (CD) do SBI enviava uma lista de obras ao Conselho de Administração (CA) da FCG para «adquirir urgentemente (de informação política, de autores

⁶ Eis o trecho integral: “Sem lhes limitar a liberdade de escolha devem no entanto [os leitores] ser aconselhados (sem insistência, mas convictamente) a preferir a leitura de obras portuguesas” – cf. circular 126 (17/III/1970) do SBI, cx. «Correspondência[/] Circulares», 1958-83.

⁷ Cf. fotocópia do «Relatório 1974» do SBI, [1975], fl. 2, cx. «Relatórios [1967-]», 1968-1999.

portugueses contemporâneos e de crianças)»⁸. Paralelamente à introdução de novas obras, houve igualmente uma depuração dos fundos bibliográficos, tendo-se retirado e destruído as obras mais ligadas ao regime anterior, à semelhança do que ocorrera nas «bibliotecas populares» a cargo da Direcção-Geral da Educação Permanente⁹.

No meio da convulsão revolucionária, o responsável pelas «requisições especiais», Quadros apresenta um regulamento específico (cf. circular 152, de 25/X/1974). Esta iniciativa pode ser interpretada como uma cedência às pressões dos trabalhadores no sentido de tornar o serviço impermeável o mais possível a discricionaridades e, também, no sentido de reforçar a intervenção da FCG no campo sócio-cultural. Aliás, o próprio Quadros ia ambiguamente nesse sentido: “uma reformulação do critério de satisfação das requisições especiais entrará imediatamente em vigor, de modo a que estas constituam um efectivo apoio cultural aos nossos leitores”. Duas grandes novidades eram introduzidas: em primeiro lugar, a selecção pela negativa, i.e., discriminava-se previamente e de modo exaustivo o tipo de livros e/ou pedidos não candidatáveis¹⁰; em segundo lugar, o indeferimento dos pedidos seria devidamente justificado e devolvido ao leitor (via biblioteca), e abria-se a possibilidade dos encarregados discordarem e argumentarem contra esta posição, após o que seria revisto o processo em causa. Além disso, ainda se permitia aos encarregados pronunciarem-se “sobre estas bases, sendo tomado em consideração o seu parecer”. Não se tratava duma sistematização de normas dispersas, pois não só a 2.^a base nunca fora antes prevista, como muitas das alíneas da 1.^a base já haviam sido transgredidas, como se poderá constatar da lista anexa à circular 3. Além do mais, o teor geral deste regulamento, o esquecimento do leitor interessado enquanto possível reclamante da decisão e o destaque dado ao encarregado eram sintomáticos do fim que se visava com esta circular, bem como do ambiente de então. No entanto, ressalve-se que este regulamento continuava a manter a decisão final nas mãos da Direcção, e essa era a primeira linha de continuidade. A segunda linha de continuidade residia no facto da orientação quanto a parte essencial dos itens desclassificadores ser já seguida por instruções dispersas anteriores (designadamente as alíneas b e c). Como novidade da época,

⁸ Cf. acta 4 do CD-SBI (de 3/XII/1974), cx. «Correspondência[/] Colégio Directivo[/] Actas», 1974-1983.

⁹ Cf. ofício de 14/V/1975 da Biblioteca Itinerante n.º 49, cx. «Correspondência[/] Dr. Baptista de Lima[/] Abreu Campanário», 1964-1986. Sobre as bibliotecas populares cf. Melo, 2002, p. 117/8 e 169.

¹⁰ Eis as 7 alíneas desclassificadoras: “a) A não identificação do título da obra e respectivo autor; (...); b) A sua notória e clamorosa má qualidade literária ou de tradução; c) A sua carestia, pois tratando-se de Bibliotecas para o povo, não se justifica a compra de livros de valor superior a 200\$00; d) A sua excessiva especialização científica ou didáctica, pois as nossas Bibliotecas não são de apoio às Universidades ou à

surge a recusa de livros pornográficos. Por fim, a “má qualidade literária” continuava a ser um critério vago e bastante subjectivo.

No final dos anos 70, a Direcção do SBI determina que as ofertas de livros ou revistas às bibliotecas por “várias entidades” tinham que passar pelo crivo superior (cf. circular 165, de I/1979). A devolução das oferendas dependia da avaliação a que se procedesse: “Esses livros, contudo, devem ser imediatamente enviados à Direcção do Serviço, para apreciação e classificação. Verificando-se que se trata de livros recomendáveis, ou pelo menos aceitáveis, serão então devolvidos, depois de classificados, à respectiva Biblioteca”. Por outro lado, e devido ao aumento extraordinário das «requisições especiais», o mesmo officio prescrevia um novo conjunto de normas, tendentes a adiar o “esgotamento prematuro da respectiva verba”. Assim, passou a solicitar-se aos encarregados a distinção inequívoca entre os pedidos para a BCE e os relativos ao fundo geral das bibliotecas. Neste último caso, o pedido pelos leitores de livros constantes no catálogo mas ausentes na biblioteca devia ser comunicado à sede, bem como a quantidade considerada conveniente. Por seu turno, os leitores deviam atribuir uma “ordem de prioridade” aos livros pretendidos sobre um “mesmo assunto”. Estas requisições continuavam a ter que ser “justificadas” pelos encarregados e reiterava-se o indeferimento automático de obras em idiomas estrangeiros. Esta última advertência seria renovada no ano seguinte, estendendo-se então as restrições a “obras para crianças e adolescentes” e, eventualmente, a obras “excessivamente dispendiosas” (cf. circular 173, de 14/IV/1980). Para evitar que certas obras dispendiosas fossem recusadas (como “por exemplo, de estudo ou de consulta para universitários”), os encarregados deviam “justificar especialmente o pedido, atendendo à situação económico-social do leitor”. O argumento do preço era apresentado pela segunda vez para a restrição das obras em língua estrangeira (já antes surgira no regulamento de Quadros).

Quanto ao sentido da escolha de livros para o extremo final do nosso arco temporal, é possível aceder à distribuição pela CDU de “1891 novos títulos” adquiridos em 1988 (cf. Fernandes, 1990, p. 513). Comparando os resultados percentuais de 1988 com os de 1961 (vd. quadro 1), mantinha-se a prevalência da literatura, embora com muito menor peso (não chegando agora aos 45%, pois partilha a classe 8 com a filologia/ linguística na rubrica n.º 8), e reforçava-se a área lata das ciências sociais e humanas (acima dos 23%), sobretudo à custa da subida da rubrica das «ciências sociais». De resto, todas as restantes rubricas com presença

Investigação; e) Os livros em línguas estrangeiras; f) O seu carácter patentemente pornográfico[;] g) O facto de o mesmo leitor solicitar um número excessivo de livros – superior a 15 livros por mês”.

na CDU registavam aumentos consideráveis, o que era facilitado pelo facto de em 1961 deterem percentagens ínfimas. Em contrapartida, as rubricas de «literatura para crianças» e de «literatura para adolescentes» registavam grandes quedas percentuais. Surgia ainda uma nova rubrica, a dos «manuais escolares», com um peso relevante (7,24%).

Confrontando agora o reforço bibliográfico de 1988 com o catálogo inicial de 1960, conclui-se que a redução da predominância da literatura (com a retirada de quase 20%), bem como a queda relevante nas ciências aplicadas (muito provavelmente quanto a assuntos do sector económico primário), tinha como contrapartida o reforço da classe das ciências sociais e, num sentido mais lato, das ciências sociais e humanas (bem como da classe das artes & desportos). Registe-se ainda a constância da classe da CDU relativa a «geografia, biografia, história», com valores sempre em redor dos 9%.

Uma última nota quanto à oferta: nos anos 60 seria superiormente solicitada a recolha e devolução pelas bibliotecas de “todos os exemplares” dos livros *Um lugar ao sol* (de John Braine) e *Encontro em Veneza* (de Cecil Roberts), sem uma explicação adicional (cf., respectivamente, circulares 33-A, de 11/VIII/1961, e 89, de 1/VIII/1966).

A questão das requisições especiais revela que a renovação dos acervos das bibliotecas da FCG também contou com a opinião dos leitores, ou seja, a oferta também foi parcialmente influenciada pelos principais interessados. Embora este recurso fosse originalmente apresentado como complementar da selecção bibliográfica da FCG e aberto a todos, na prática seria ainda mais selectivo do que a oferta dos serviços centrais e, sobretudo, em última instância determinado pelos funcionários do próprio Serviço. Este esquema da avaliação final também evoluiu, pois no início cabia exclusivamente ao director do SBI. A única hipótese mais liberal de influência do público fora afastada, pois às dádivas de publicações era imposto um controlo ainda mais rígido, mais centralizado. Era pelo lado da proposta selectiva interna que se constituía no essencial a oferta existente. Como a selecção interna se manteve central para além do fim da ditadura e da censura, tem que se concluir que ela era uma opção declarada dos dirigentes da FCG. Mais do que pela quantidade de exemplares que podia adquirir de cada obra, foi pelo lado da qualidade (i.e., a proporção e tipo de obras, autores e temáticas escolhidos) que a FCG mais influenciou os conteúdos dos seus fundos bibliográficos. E aqui teve muita relevância a cooptação dum conjunto de

eruditos ou, simplesmente, literatos. Do que se tratava, portanto, era da imposição dum gosto¹¹.

Os critérios de avaliação dos livros e a Comissão de Leitura

A avaliação dos livros foi quase sempre realizada por um grupo de especialistas maioritariamente exteriores à FCG, que designarei apenas por Comissão de Leitura (apesar de ter tido outros nomes, como Conselho de Leitura, Comissão de Escolha de Livros ou Comissão Consultiva de Apreciação de Livros), e que servia para credibilizar e legitimar a sua oferta, sobretudo atendendo ao contexto ditatorial e obscurantista. Os membros escolhidos superiormente para esta Comissão tinham como incumbência ler as obras que lhes eram atribuídas para apreciação e avaliar se tinham suficiente qualidade para integrarem os fundos bibliográficos da FCG. A última palavra quanto à escolha dos livros cabia, contudo, à Direcção do Serviço¹². Neste sentido, a Comissão desempenharia a função de “órgão informativo” e a Direcção a de “órgão deliberativo”. Até 1974, esta Comissão teve que lidar com a censura oficial aos livros, o que restringia *a priori* o leque de obras para avaliação. Esse foi, inclusivamente, o argumento avançado por Branquinho da Fonseca para nunca ter integrado tal Comissão (e também para esta ser formada por elementos exteriores à FCG): “«Por razões de ordem política e discordância da situação então vigente, não queria intervir na escolha de livros, só organizava a parte funcional, a técnica” (entrevista a Poppe, cit. por Mader-Hermann, 1993, f. 172). É quase certo que a Comissão não estava em funções quando foi elaborado o fundo original, pois não avaliara aquelas “obras já há muito consagradas e em relação às quais a sua inclusão nas bibliotecas não pode suscitar quaisquer dúvidas” e apenas apreciara 653 obras até final de 1959 (cf. FCG, imp. 1961, p. 155/6). Seja como for, nem sempre a Comissão foi responsável pela avaliação das obras: p. e., a sua colaboração foi suspensa na sequência da revolução, tendo estado inactiva durante alguns anos. Nesse período, a selecção das obras coube ao CD-SBI e às sugestões dos trabalhadores.

¹¹ Quanto a esta questão, vd. Mukerji & Schudson, 1991, especialmente p. 52-54, e George, 2002, especialmente p. [15]-98. Adoptando a análise de Jane Tompkins quanto aos livros clássicos, que atribui papel central aos agentes que têm o poder de atribuir valor às obras: “«Rather than being the repository of eternal truths, they embody the changing interests and beliefs of those people whose place in the cultural hierarchy empowers them to decide which works deserve the name of classic and which do not. For the idea of the ‘classic’ itself is no more universal or interest-free than the situation of those whose business it is to interpret literary works for the general public»” (cit. por Mukerji & Schudson, 1991, p. 52/3).

¹² Cf. texto dactilografado «Projecto de reestruturação do Serviço de Bibliotecas», CD-SB[I], IX/1974, fl. 8, cx. «Correspondencia[/] Colégio Directivo[/] Assembleias de Zona[/] Projectos[/] Reestruturação», 1974-77 e 1982.

Até finais dos anos 80, a Comissão foi formada sobretudo por intelectuais e sobretudo por escritores (cf. Melo, 2002, quadro 33). A primeira equipa da Comissão de Leitura foi formada por 5 membros (Orlando Vitorino, A. Quadros, Almeida Langhans, Breda Simões e Miranda Mendes). Era uma equipa que associava pessoal superior do Serviço e professores universitários. O pessoal do Serviço fora certamente nomeado atendendo às suas capacidades enquanto ensaístas e críticos literários. Até à ruptura revolucionária, o grupo foi reforçado com Monteiro Grillo, Patrícia Joyce e M.^a João Allen de Vasconcelos (em 1961), M.^a de Lourdes Belchior (1967) e Natércia Freire (1971). Em termos gerais, pretender-se-ia constituir um conjunto que representasse várias sensibilidades estéticas ou ideológicas e/ou áreas de especialidade. Nas palavras do presidente Azeredo Perdigão, o perfil era mais ambicioso e, simultaneamente, generoso:

“A Fundação organizou um Conselho de Leitura, composto de pessoas que há muito se impuseram, não só pelo valor da sua cultura, mas também pelo equilíbrio das suas ideais, embora, como convém, para eliminar todo o risco de proselitismo literário, filosófico, social ou político, representem várias correntes ou tendências do pensamento contemporâneo” (cf. FCG, imp. 1961, p. 155).

Esta Comissão, porém, não teve a vida estável e pacífica que porventura os seus patrocinadores esperariam (ou desejariam). Em 1973, saem 3 dos membros iniciais, a saber, Quadros, Almeida Langhans e Miranda Mendes, o primeiro deles devido, provavelmente, a uma polémica pública com José Cardoso Pires (cf. semanário *Notícias da Amadora*, 14/IV/1973, notícia breve sem título).

Em 1974, a Comissão é extinta e substituída pelo CD-SBI na apreciação das obras¹³. A própria criação deste órgão colegial seria justificada como resposta à acção negativa daquela:

“Em face da insistência nos processos de mistificação utilizados por certos sectores para ocultar ao Conselho de Administração a perniciosa actuação da Comissão de Leitura, os trabalhadores decidem-se pela intervenção directa na gestão do Serviço e elegem, numa Assembleia de emergência [a 5/VI/1974], o seu Colégio Directivo”¹⁴.

¹³ Cf. actas 4 (3/XII/1974), 6 (10/XII/1974), 7 (16/XII/1974) e 9 (6/I/1975) do CD-SBI, cx. «Correspondencia[/] Colégio Directivo[/] Actas», 1974-83.

¹⁴ Cf. texto dactilografado «O Colégio Directivo do Serviço de Bibliotecas[/] Efemérides», Lisboa, CD-SB[I], XI/1974, fl. [3], cx. «Correspondencia[/] Colégio Directivo[/] Assembleias de Zona[/] Projectos[/] Reestruturação», 1974-77 e 1982.

Era entendimento do novel CD-SBI que a Comissão de Leitura fora uma instituição moralista e conservadora:

“A propósito deste tipo de Comissão perfilhamos sem reticências os pontos de vista expressos por John Robinson na sua obra «Christian Freedom in a Permission Society[»] (...): «Na sociedade paternalista há aqueles que sabem o que é bom para os outros e que, em nome da decência e da ordem, decidem o que não faz mal ser lido ou visto pelos restantes. Existem para proteger-nos, mesmo que o não desejemos». Ora «não cabe à sociedade ‘controlar-nos’. É papel da sociedade providenciar para que tenhamos assegurados os direitos básicos da pessoa humana, dentro de cujos limites podemos tomar as nossas próprias decisões» (ibidem)”¹⁵.

A crítica não se limitava à contestação deste tipo de comissões, colocando em questão todo o processo de escolha e aquisição de livros para as bibliotecas da FCG. A denúncia das insuficiências da oferta bibliográfica nestas bibliotecas era implacável:

“Um dos graves defeitos das nossas bibliotecas consiste no desequilíbrio das suas colecções. Com efeito, nunca dispuseram, por exemplo, da variedade nem da quantidade de livros para crianças que bastassem para satisfazer as necessidades dos leitores; apresentavam e apresentam defeituosa representatividade de autores contemporâneos e ausência daqueles que o público mais solicita; inexplicavelmente, dispõem, em quantidades exageradas, de obras pouco ou nada solicitadas. Falta-lhes, ainda, a variedade conveniente de livros científicos e técnicos” (cf. *idem*, fl. 8).

Esta situação resultava exclusivamente da inépcia da Comissão de Leitura e da Direcção do Serviço— da Comissão, dadas as censuras veladas a certos autores e os favoritismos doutros¹⁶; da Direcção, dadas a deficiente gestão de recursos e a inadequação dos critérios de aquisição de livros¹⁷. Inclusivamente, houve casos em que a decisão final da Direcção foi contrária aos pareceres da Comissão.

O CD-SBI propunha, em contrapartida, um método de escolha e aquisição livrescas baseado em 7 pontos: a) colaboração com editores e autores (mas “sem favoritismos nem dependências”) para a edição de livros de interesse “real, ao mais baixo custo” (“sobretudo”

¹⁵ Cf. texto dactilografado «Projecto de reestruturação do Serviço de Bibliotecas», CD-SB[I], IX/1974, fl. 9, *idem*.

¹⁶ Tal como se afirma numa insinuação grave: “tem sucedido que nem sempre ou só tardiamente aprecia alguns dos livros de que lhe é solicitado parecer, ao passo que outros, os aprecia dum dia para o outro. Estas e outras formas de actuação da mesma Comissão, que de momento nos abtemos de enumerar, em relação a certos livros e autores, constituem subtis modalidades ou de censura, ou de promoção de autores”.

¹⁷ A crítica é demolidora: “observa-se o desaproveitamento dos meios ao seu dispor para que sejam apreciadas pela Comissão de Leitura, as obras mais pedidas pelos leitores e as mais representativas da literatura contemporânea. Além disso, o critério por que tem orientado as aquisições de livros – quer em variedade, quer em quantidade – ignora as reais necessidades das bibliotecas”.

textos para menores de idade); b) aquisição mais célere dos livros recém-editados; c) reformulação dos critérios de selecção para o “fundo geral” (recusa das “compras de favor” e “prioridade absoluta à aquisição das obras de autores contemporâneos nunca adquiridas ou compradas em quantidades diminutas”, mesmo tendo que ignorar eventuais pareceres em contrário da Comissão); d) atribuição de funções de avaliação de livros em tempo integral a empregados da sede do Serviço; e) tomada em consideração das “indicações” e dos pareceres “expressamente solicitados” aos encarregados e ajudantes das bibliotecas quanto a “novos títulos a adquirir”; f) possibilidade de solicitação de pareceres a outros indivíduos que não aos avaliadores a tempo inteiro e aos encarregados e ajudantes de bibliotecas (“inspectores, críticos literários, licenciados em Filologias, Pedagogos, etc.”); g) aquisição da “quantidade efectivamente necessária” de cada obra (cf. *idem*, fls. 9/10).

O novo processo de avaliação consagrado para os funcionários a tempo inteiro compreendia uma apreciação tendente à “eliminação” dos livros “cuja inferior qualidade não ofereça dúvidas”, a proposta de compra de obras com “reconhecida qualidade ou pelos méritos dos autores”, a “determinação da acessibilidade das obras de ficção” e a “demarcação dos grupos etários a que as obras se destinam (crianças e adolescentes)” (cf. *idem*, fl. 10). Resumindo, concentrava-se e ampliava-se a esfera de intervenção nos funcionários-avaliadores de livros do Serviço, e, ao mesmo tempo, mantinha-se a tradição da casa nos aspectos ligados à orientação da leitura (os 2 últimos itens). Paralelamente, reduzia-se a esfera de influência dos funcionários superiores, pois os encarregados e ajudantes de bibliotecas (e, eventualmente, especialistas reconhecidos) também teriam uma palavra na escolha da oferta livreira.

Com a criação do CD-SBI, inicia-se um braço-de-ferro com a Administração, a qual, em nota de 18/VI/1974, “não reconhece a existência jurídica” daquele (cf. *idem*, fl. [4]), embora aquele órgão tivesse contado com a adesão de 152 dos 194 trabalhadores do Serviço (ou seja, cerca de 78% do total¹⁸). Nesse mesmo dia, a direcção colegial solicita aos respectivos colegas o envio de “lista[s] dos títulos que devam «figurar imediatamente nas bibliotecas»”¹⁹. No final do mês seguinte, este órgão inicia o estudo das listas de livros sugeridas pelos trabalhadores, incluindo as de 14 bibliotecas itinerantes e de 6 bibliotecas fixas (cf. *idem*, fls. [4]/[5]). Em 29/X do mesmo ano solicita-se novo envio de listas e de

¹⁸ Cf. texto dactilografado «Projecto de regulamento dos colégios directivos», CD-SB[I], 30/IX/1974, fl. IX, *idem*.

¹⁹ Cf. texto dactilografado «O Colégio Directivo do Serviço de Bibliotecas[/] Efemérides», Lisboa, CD-SB[I], XI/1974, fl. [4], *idem*.

“sugestões acerca da atribuição de tarefas a cargo da Comissão de Leitura” (então só ‘suspensa’, mas em vias de ser extinta), para cumprimento do aprovado em Assembleia de Trabalhadores de 18 do mesmo mês (cf. *idem*, fl. 7). A 10/XI, o CD-SBI passa ao estudo das propostas, enviadas por trabalhadores de 18 bibliotecas itinerantes e de 10 bibliotecas fixas.

Os meses do PREC serão passados sobretudo a debater a «reestruturação» do Serviço, incluindo a discussão de novos regulamentos e novos planos de actividade (cf. *idem*, fls. [5]-[10]). Quanto a novos planos de actividades, o CD-SBI apresentava um primeiro com uma parte programática renovadora da oferta bibliográfica, em correspondência com a nova perspectiva sócio-cultural²⁰. No extenso rol de conteúdos indispensáveis numa biblioteca, constata-se a prioridade absoluta para o material de informação e para a sua extrema diversificação, bem como a supremacia do impresso e a consagração duma grande variedade de géneros em cada suporte (no caso do livro, p. e., com uma inclinação para a literatura portuguesa contemporânea, para a política, a biologia e a sociologia). Noutra formulação, e em cumprimento da já mencionada Assembleia de Trabalhadores de 18/X, dispunha-se a “imediate escolha e aquisição (...) dum lote de livros sobre temas de interesse actual: Economia, Política, Sociologia, Sindicalismo, Trabalho e o Ócio, Defesa do Ambiente, Valorização do Homem, Administração, Associacionismo[,] Cooperativismo, etc.” (cf. *idem*, fl. [13]). Esta selecção partira da auscultação dos trabalhadores e ignorava os pareceres da Comissão de Leitura. Confirmava-se assim a tónica em obras de reflexão e informativas do domínio das ciências sociais. Era também considerada urgente a compra de “livros para crianças, nas quantidades exigidas pelo movimento de leitura das bibliotecas”.

Além disso, era proposto que o órgão impresso funcionasse como “auxiliar para a leitura dos livros existentes nas bibliotecas”, impondo-se um conteúdo acessível para que fosse potencialmente útil à maior parte da população²¹. Ora, este enquadramento apenas tinha sido respeitado nos 8 números iniciais (1960-63). Daí em diante, o boletim tornou-se um “lugar de exibições estéticas e eruditas”, transformando-se “no órgão de uma «élite» intelectual e intelectualizante”. O programa editorial do CD-SBI para o *Boletim Informativo* compreendia uma grande diversidade de rubricas e assuntos, abrangendo assuntos como poluição, higiene, associativismo, política, comunicação social, agricultura e trabalho, etnografia e temas internacionais, além de incluir informação bibliográfico-literária e um

²⁰ Cf. texto dactilografado «Reestruturação do Serviço de Bibliotecas[/] Plano de actividades das bibliotecas e organização do serviço», Lisboa, CD-SB[I], XI/1974, fl. [4], *idem*.

²¹ Cf. texto dactilografado «Projecto de reestruturação do Serviço de Bibliotecas», CD-SB[I], IX/1974, fl. 11, *idem*.

espaço próprio para o leitor ou “grupos de leitores”, para o pessoal, para escritores, etc. (cf. *idem*, fl. 12). Além da pluralidade de géneros informativos e assuntos, verifica-se uma tónica em assuntos de interesse actual, e nestes, nos de educação política e social, bem como numa participação mais diversificada de agentes (incluindo o leitor).

No início de 1976, o Colégio Directivo propõe a escolha de obras técnicas para as bibliotecas do SBI pelos serviços do Instituto Gulbenkian de Ciência, o envio de listas de livros às mesmas bibliotecas para os respectivos colegas poderem dar pareceres sobre os livros que lhes interessem e a agregação de “duas personalidades do mundo literário” à “comissão restrita de escolha de livros” (a reunir bimensalmente)²². Durante este período, foram solicitados pareceres a várias individualidades, designadamente a Vasco Granja (sobre banda-desenhada) e a Rui Grácio (supostamente sobre educação e pedagogia)²³. Em VII/1976 é relançada a Comissão de Leitura, agora constituída por José Palla e Carmo, M.^a Alzira Seixo e Matilde Rosa Araújo. O processo de escolha foi conturbado: o CA recusaria unanimemente a proposta de candidatura do escritor Vítor Silva Tavares à Comissão de Leitura, por considerá-lo sem currículo suficiente²⁴. Na opinião do director do SBI, aquele trio era insuficiente, daí a nomeação de mais 5 elementos nos 2 anos seguintes (Mário Braga em 1977, pe. João Maia e Mourão Ferreira em 1978, Simões Müller e Álvaro Manuel Machado em 1979)²⁵.

A composição da Comissão decorrente do imediato pós-revolução tinha como principal diferença a não inclusão de membros do próprio Serviço. Além disso, incluiria um elemento do clero, o que era novidade. O equilíbrio entre professores universitários e escritores era a regra. Todavia, na década seguinte, voltar-se-ia à integração de funcionários da FCG (casos de Natércia Rocha e de Joana Varela). No início dos anos 80, verifica-se ainda o afastamento dos académicos (o último, Machado, sairá em 1983) e a renovação da Comissão com Guilherme de Castilho, Natércia Rocha, Álvaro Salema e Joana Varela. Entre meados e finais desta década, dá-se uma nova renovação, com a entrada do crítico Forjaz

²² Cf. acta 5 (da reunião de 5-6/I/1976) do CD-SBI, cx. «Correspondencia[/] Colégio Directivo[/] Actas», 1974-83.

²³ Cf., respectivamente, actas 26 (de 31/V e 1-2/VI/1976) e 36 (de 6-8/IX/1976) do CD-SBI, *idem*.

²⁴ Cf. acta 1 da Assembleia de Delegados dos Trabalhadores do SB[I] (reunião de 5/VI/1976, 19/VII/1976), cx. «Correspondencia[/] Colégio Directivo[/] Assembleias de Zona[/] Projectos[/] Reestruturação», 1974-77 e 1982.

²⁵ Cf. cópia do relatório sem título do SBI para 1977, 12/V/1978, fl. 3, cx. «Relatórios [1967-]», 1968/99. Data de relançamento da Comissão de Leitura ap. cópia do relatório do SBI (of. 336/79/BI) para [1978], 26/III/1979, fl. 2, *idem*.

Trigueiros e dos escritores Fernanda Botelho e A. M. Couto Viana (ambos ligados à revista *Távola Redonda*, onde também participara Mourão Ferreira, então director do Serviço)²⁶.

A Comissão de Leitura não se limitava a escolher livros— também orientava a leitura. A própria escolha dos livros, balizada por certos critérios (fossem ou não ditados por instruções verbais ou escritas), implicaria sempre uma selecção, donde uma escolha não neutral. Mas, além disso, a avaliação teve sempre que se orientar por uma grelha de classificação dos livros definida previamente por Branquinho da Fonseca e que obrigava a uma complexa distribuição dos livros por idades e/ou grupos etários (vários limites etários para crianças e adolescentes, e adultos) e por grau de dificuldade de leitura/ interpretação («muito fácil», «fácil» ou «difícil»; cf. catálogo inicial supracitado). A estas escalas correspondia uma sinalética própria, que se materializava na colagem na lombada do livro numa etiqueta colorida numa certa posição (no topo, no meio ou em baixo), definindo a cor ou combinação de cores a classe ou subclasse da CDU e a posição da etiqueta o grau de dificuldade (de baixo para cima)²⁷. Para as crianças e os adolescentes existia uma cor específica, o verde, que ascendia de posição na lombada do livro à medida que aumentava a idade aconselhada (“até 7 anos”, 7-10, 10-14, “mais de 14 anos”).

A sinalética servia também para consagrar alguns casos especiais. Assim, “uma tira vermelha colocada obliquamente nas capas” sinalizava que aqueles livros, dado “o seu conteúdo”, só poderiam “ser emprestados a pessoas adultas com formação moral e desenvolvimento intelectual averiguados” (circular 6, de V/1959). Esta “marcação especial” implicava ainda que tais livros estariam guardados “em depósito reservado”, representando uma excepção ao regime de livro acesso às estantes. Tal marca seria apenas em livros já sinalizados na lombada como “livros difíceis e para adultos, o mesmo é que dizer só acessíveis e próprios para pessoas com grau de desenvolvimento e de cultura superiores à generalidade”.

Por fim, o próprio órgão impresso divulgou breves resumos de certas obras e de aspectos biográficos de certos autores junto à referência bibliográfica respectiva, insertos nas várias actualizações bibliográficas.

²⁶ Segundo Quadros (1984, p. 44) também Domingos Monteiro fora membro da Comissão de Leitura, mas Ferrer Correia afirma que aquele servia tão-só como ponte entre a Comissão e o Serviço (cf. acta 4/73 da reunião de 23/I/1973 do CA-FCG, fl. 12, cx. «Conselho de Administração[/] Actas[/] N.ºs 1 a[/] 1973», 19[72-73]).

²⁷ Cf. descodificador da etiquetagem da FCG, mod. 16-500-967 [1967?]. A partir de 1968, a cotação dos livros passou a incluir um “algarismo, ou letra, indicativos do assunto”, além dum “traço na respectiva

A orientação da leitura, através do aconselhamento de livros, também foi atribuída aos encarregados de bibliotecas. Era considerada, inclusivamente, a sua incumbência mais importante: “A função principal do Encarregado é orientar a leitura, em cada caso particular, com a maior atenção e solicitude, de maneira que a acção da biblioteca corresponda aos fins educativos, culturais ou simplesmente recreativos, para que foi criada” (ap. circular 7, de V/1959; nb: transcrita na circular 140, de 16/VII/1971). A mesma circular apresentava as principais instruções, baseadas precisamente no auxílio aos desfavorecidos em termos de cultura letrada e à discriminação etária, ambas baseadas na interpretação das distintas sinaléticas já enunciadas. Quanto aos menos cultos, o aconselhamento era complementado pela sonegação das obras com a tal «marcação especial»:

“Sempre que um leitor não tenha cultura bastante para escolher os livros que mais lhe convenham, deve o Encarregado da biblioteca aconselhá-lo, mas nunca tentar impôr-lhe a leitura de qualquer obra, nem recusar o empréstimo das que ele pretenda. [par.º] Só pode ser recusado o empréstimo das obras assinaladas com fita vermelha na capa da frente e isto quando se considere que o leitor requisitante não tem a formação moral e o desenvolvimento intelectual necessários para a boa compreensão dessas obras”.

Às crianças apenas poderiam “ser facultados os livros marcados com fita verde”. Já os adolescentes podiam aceder aos das fitas verde e cor-de-laranja (esta indicativo da selecção para os adultos), mas, no último caso, apenas aos que estivessem “classificados como muito fáceis ou fáceis”. Excepcionalmente, os encarregados poderiam autorizar, a certos adolescentes, a leitura de obras para adultos assinaladas como «difíceis», após a ponderação da respectiva “cultura e desenvolvimento intelectual”, decisão só possível com o “conhecimento directo desses leitores” e com “bom senso”.

Ainda não decorrera um ano sobre esta circular quando Branquinho da Fonseca difunde um novo esquema para a orientação da leitura pelos funcionários das bibliotecas da FCG (cf. circular 17, de 5/IX/1960). Segundo este, embora os leitores tivessem “livre acesso às estantes”, os encarregados deviam “orientá-los na escolha dos livros”, acrescentando-se “quando disso necessitem”. Este condicional era, porém, grandemente retórico, pois os encarregados deviam controlar as saídas de todos os livros em consonância com a sua apreciação dos leitores, incluindo a recusa de certos livros para certas crianças e adolescentes:

“3) Em qualquer caso devem sempre verificar se os livros que escolheram são acessíveis ao seu grau de cultura e de desenvolvimento intelectual; 4) Só

etiqueta” (cf. circular 108, de III/1968, do SBI, cx. «Correspondencia[/] Circulares», 1958-83). Para tal, substituíram-se as etiquetas anteriores. As circulares deste organismo a seguir citadas provêm da mesma caixa.

devem ser recusados: a) às crianças, os livros que não estejam nas condições acima mencionadas – alínea 3; b) aos adolescentes, os livros que, por motivos evidentes, não convenham à sua capacidade de compreensão e ao seu grau de formação moral”.

Além disso, os mesmos funcionários deviam assegurar que as saídas de livros compreendiam a maior variedade possível (de autores, assuntos e áreas), recorrendo à sugestão para esse efeito: “Quando se verifique que um leitor escolhe apenas obras de ficção, deve sugerir-se-lhe a leitura de: biografias, história, viagens, divulgação científica, etc.”. A ficção era assim a parte da oferta que se supunha maciçamente mais atraente e, devido a uma vontade educativa, pretendia-se substituí-la parcialmente, embora as sugestões não devessem ser apresentadas como sendo formativas, mesmo que para isso fosse necessário um pouco de fantasia: “Não convém, contudo, falar-lhes em aprender, mas sim no interesse romanesco e aventureiro que algumas dessas obras podem ter”. Por fim, chamava-se a atenção para a necessidade de divulgar esta informação junto dos outros funcionários que não os encarregados efectivos («ajudantes», «motoristas» e «funcionários substitutos»).

Esta perspectiva era paternalista, pois criava hierarquias e discriminações entre os livros consoante os leitores e julgava que estes precisavam de auxílio na procura, sobretudo se tivessem um menor desenvolvimento intelectual e moral, níveis e categorias de avaliação subjectiva. Todavia, a lógica subjacente a este tipo de paternalismo era relativamente bem intencionada, visto basear-se na associação progressiva entre acumulação da leitura individual/ desenvolvimento da personalidade e possibilidade de acesso a níveis de dificuldade de leitura superiores. Ao invés, o regime do Estado Novo pretendia impor as suas directrizes ideológicas e morais, independentemente do amadurecimento intelectual e moral proporcionado pela acumulação de leituras (vd. Melo, 2001 e Melo, 2002, caps. 1-5). Ainda a propósito da orientação da leitura, os responsáveis da FCG acreditavam que esta acção seria benéfica para os leitores. Toda a linguagem apontava no sentido de se considerar tal medida como uma missão, uma cruzada (mas esta contra a ignorância: cf. circular 19, de 18/X/1960).

Em última instância, a orientação da leitura era tratada como se fosse uma iniciação na espiritualidade, à maneira maçónica, que Branquinho da Fonseca tão bem conhecia, ou uma saída da caverna de Platão. Além disso, com o órgão impresso passara a fixar-se com maior detalhe e rigor as directrizes superiores para a orientação da leitura, atenuando as interpretações susceptíveis de erro ou as omissões dos próprios encarregados.

Embora possa ter sido globalmente útil, esta perspectiva paternalista podia ter efeitos contraproducentes, como comprova o depoimento dum inspector sobre um caso passado com outro funcionário, numa aldeia alentejana:

“De início, não pôde [o encarregado de biblioteca em funções há 3 anos] deixar de estranhar ou surpreender-se com o convívio dos leitores, desde os que pediam *Os Lusíadas*, porque era o único livro de que tinham ouvido falar, até às raparigas que só queriam ler a *Rosa do Adro*. Olhava bem para este homem que pedia *Os Lusíadas*. 30 anos, barbeiro. Dá-lhe o livro, mas previne-o de que a leitura oferece dificuldades. Mas há lá dificuldade para um barbeiro! Em todo o caso, diz-lhe que o poema está cheio de mitologia. Mitologia?! O homem desistiu e preferiu levar o *Amor de Perdição*. Era melhor para começar. (...) Uma tarde chega ao carro-biblioteca um alentejano seguro de si e sério. Tirou o chapéu, entrou, e logo se dirige a certa prateleira donde tira um livro sobre Sampaio Bruno. O encarregado, cauteloso, pergunta-lhe a profissão. Trabalhador rural. O outro previne-o de que Sampaio Bruno era um filósofo e que os livros que escreveu obrigam a larga preparação e meditação. O homem não responde, não comenta, não diz nada, mas segura o livro nas mãos fortes. O encarregado continua, perplexo, a indicar outras possibilidades mais acessíveis de leitura. Por fim, calou-se. Então, o homem olha-o tranquilamente, põe o chapéu na cabeça e apenas diz: – «Alguma coisa se há-de entender.» E foi-se embora com o livro.” (cf. “O carro-biblioteca”, 1962, p. 219).

Às instruções quanto à orientação da leitura foram abertas outras excepções para além da dos leitores adolescentes com maior amadurecimento poderem ler obras fáceis para adultos. Assim, os livros de Shakespeare (anunciados como uma das novidades do reforço bibliográfico pela circular 29, de 15/V/1961) deveriam ser facultados aos leitores adolescentes mais aptos culturalmente— sendo a etiqueta laranja relativa a leitura para adultos colocada a meio da lombada (significando que estavam classificados como fáceis)—, embora fossem considerados de “difícil compreensão”. Na circular 32 (21/VII/1961), assinada pelo director-adjunto Domingos Monteiro, solicitava-se aos encarregados que intervissem no sentido de figurar “pelo menos um autor português clássico ou contemporâneo” na requisição de cada leitor, embora sem “imposição”.

O perfil do leitor das bibliotecas da FCG

O projecto bibliotecário da Gulbenkian tinha implícito que o público-alvo era aquele que não tinha acesso a uma divulgação corrente da cultura letrada. Estes eram então a parcela maioritária da população, por isso, o projecto era inicialmente um projecto de educação popular e, nesta, de educação popular pós-escolar. Tal como venceu o primeiro presidente da FGC, José de Azeredo Perdigão, num célebre discurso:

“De entre os múltiplos e difíceis problemas que a educação comporta, um deles é sem dúvida o da educação pós-escolar, em especial para aqueles que não levaram a sua instrução além dos seus estudos primários. [par.º] A escola primária fornece, aos seus alunos, fundamentalmente, um mero instrumento de cultura – o saber ler e escrever – sem o qual a possibilidade de alargar os horizontes do conhecimento e de intensificar a vida de relação são altamente diminuídas. [par.º] Não basta, todavia, aprender a ler e a escrever. É preciso ler sempre e regularmente; mas, para que o povo leia, torna-se indispensável, não só despertar e manter nele o gosto pela leitura, mas também facilitar-lhe os meios de a satisfazer” (cf. FCG, imp. 1961, p. 148).

Contudo, na prática, foram os mais jovens que as bibliotecas da Gulbenkian mais beneficiaram, cabendo um lugar mais modesto ao público adulto, como veremos mais adiante. Tal predominância etária teve que ter, necessariamente, implicações no tipo de leituras mais requisitadas.

Analise-se então as preferências dos leitores das bibliotecas da FCG. Algumas das suas opções já foram aludidas. Ainda assim, parece oportuno esboçar uma análise diacrónica, de acordo com a informação disponível, que é escassa.

Em termos gerais, a procura acentuou os traços principais da oferta, ou seja, concentrou-se maciçamente na «literatura» e concedeu um menor aumento progressivo às outras áreas, embora em menor dimensão (vd. quadro 2). A procura reforçou ainda mais a predominância da «literatura» (sem linguística), começando nos 90% e acabando nos 74% do total, numa média global de quase 84% para o período de 1958 a 1990. Na classe 8, sobressai a «literatura para crianças», com mais de metade dessa parcela (e cerca de 43% do total global). Segue-se-lhe a «literatura para adolescentes», com quase 30% dessa classe e ¼ do total global. É provável que uma parte destas leituras estivesse ligada aos programas escolares, sendo portanto mais formativas, no entanto, a maioria seria de entretenimento. Além disso, a própria procura doutras obras além da «literatura» ficou aquém da oferta em termos proporcionais, dado que aquela tinha uma maior preponderância. Registe-se, ainda assim, os valores da secção agregada de «obras de informação para crianças» e de «obras de informação para adolescentes» (média global de cerca de 5%) e da classe 9 (média global de cerca de 3%). Contudo, ressalve-se que a oferta não é totalmente comparável com a procura, pois esta última inclui os grupos exteriores à CDU, ao invés da oferta (pelo menos a inicial, como se pode constatar neste mesmo quadro 2).

Quadro 2: movimento de requisições nas bibliotecas da FCG, segundo a CDU (1958-90)

classes da cdu	sub-grupos	oferta de 1960		reqs. 1958-1990		reqs. 1958-62 (%)		reqs. 1963-67 (%)		reqs. 1968-72 (%)		reqs. 1973-77 (%)		reqs. 1978-82 (%)		reqs. 1983-87 (%)		reqs. 1988-90 (%)		reqs. 1958-90 (%)	
			(%)																		
0/ generalidades		22	1,31	1152661	0,089	0,182	0,272	0,313	0,447	1,567	3,091	0,791									
1/ filosofia		55	3,29	1339244	0,361	0,534	0,578	0,723	1,077	1,462	1,622	0,919									
2/ religião		12	0,72	434860	0,252	0,521	0,369	0,235	0,198	0,223	0,256	0,298									
3/ c. sociais		30	1,79	1379914	0,191	0,437	0,535	1,33	1,252	1,192	1,349	0,946									
5/ c. puras		63	3,76	2533295	0,428	2,07	2,68	1,751	1,611	1,248	1,277	1,737									
6/ c. aplicadas		216	12,9	1937666	1,674	1,478	1,454	1,07	1,181	1,29	1,417	1,329									
7/ artes; desps.		62	3,7	934151	0,287	0,367	0,407	0,604	0,908	0,845	0,994	0,641									
8/ literatura; linguística		1066	63,7	122409324	90,3	88,25	85,88	85,93	83,91	79,68	74,22	83,96									
	literatura para crianças		0	62743212	50,22	40,77	41,73	42,96	44,55	44,66	39,66	43,03									
	literatura para adolescentes		0	36413394	18,61	28,09	26,5	27,12	25,23	22,07	22,07	24,97									
	lit. ^a (sem lit. ^a p/crianças e p/adols.)	478	28,6	22926689	21,39	19,19	17,44	15,66	13,86	12,51	12,5	15,72									
	linguística/ filologia	3	0,18	326029	0,094	0,203	0,205	0,188	0,268	0,437	0	0,224									
8/ lit. ^a s/linguística		1063	63,5	122083295	90,21	88,05	85,67	85,74	83,64	79,24	74,22	83,73									
9/ biog., geog., hist.		148	8,84	4721806	3,67	3,24	3,598	3,293	2,967	2,935	3,155	3,239									
*/ inf. ^o p/crs. & adols.			0	7325614	2,742	2,921	2,624	2,978	5,081	8,273	11,86	5,024									
*/ informação p/crianças			0	4395207	1,444	2,059	1,933	2,351	3,521	4,187	5,731	3,015									
*/ informação p/adols.			0	2930407	1,298	0,862	0,691	0,626	1,56	4,087	6,124	2,01									
*/ livros de estudo			0	1627482	0	0	1,584	1,773	1,366	1,282	0,761	1,116									
*/ BCE				5396	0	0	0,02	0	0	0	0	0,004									
TOTAL	<i>registos (oferta) ou requisições</i>	1674	100	145801413	100	100	100	100	100	100	100	100									

Fonte: *Boletim Cultural*, série VII, n.º 5 (XII/1991), p. 74.

Fazendo fê num relatório do inspector José Barbosa, desde o início que certos autores foram privilegiados, casos de J. Dinis e Camilo²⁸. Esta eleição estava intimamente relacionada com os livros obrigatórios de leitura para a escola, porquanto o referido inspector solicitava sobretudo o envio de livros destes autores constantes dos programas do ensino liceal.

Também a própria Direcção do Serviço se preocupou com o tipo de acolhimento que a sua oferta estava a ter, tanto assim é que no ano seguinte solicitou o envio de listas das obras mais lidas nas bibliotecas a seu cargo, bem como da eventual necessidade de mais exemplares de obras após conferência visual nas estantes²⁹. Não deparei com estas listas na documentação que compulsei. No entanto, uma lista das “obras mais lidas” foi divulgada num dos números de 1962 do órgão impresso (vd. quadro 3)³⁰.

Quadro 3: livros preferidos pelos leitores das bibliotecas da FCG (1962)

área temática	título	autor	requisições
Literatura	A morgadinha dos canaviais	DINIS, Júlio	9289
	As pupilas do senhor reitor	DINIS, Júlio	9215
	Os fidalgos da casa mourisca	DINIS, Júlio	8694
	Uma família inglesa	DINIS, Júlio	7575
	Amor de perdição	DINIS, Júlio	5751
	Os meus amores	COELHO, Trindade	5183

²⁸ Cf. missiva dactilografada de 19/X/1959 de José Barbosa para a Direcção do SBI, cx. «Serviço de Inspeção (Até 1964)», 1958-64.

²⁹ Cf. circular 21 (19/XI/1960), cx. «Correspondencia/[] Circulares» (1958-83).

³⁰ É provável que tal lista resultasse da agregação das respostas dadas à circular 21, abrangendo um universo de 46 unidades itinerantes e representando uma serviço com cerca de 250 mil leitores inscritos e 2,5 milhões de livros emprestados (nb: resultados para o final de 1961 e incluindo uma 47.^a unidade, embora esta só tenha sido inaugurada em 30/XII, pois é impossível desagregar a sua parcela; cf. Melo, 2002, quadro 34).

	Romance de um homem rico	BRANCO, Camilo Castelo	5597
	O conde de Monte Cristo	DUMAS, Alexandre	4028
Religião	Evangelho para os meus afilhados	ROPS, Daniel	670
	História sagrada [para os meus afilhados]	ROPS, Daniel	621
	Legendas de oiro	ROPS, Daniel	484
ciências puras	História da Terra	TYRREL, G. W.	877
	Os barcos a vapor	MERRET, John	813
	Dez anos debaixo da Terra	CASTERET, Norbert	619
ciências aplicadas	Novo manual do electricista	SARMENTO, Hugo P. Morais	1292
	As grandes invenções	LARSEN, Égon	1232
	Mecânica do automóvel	AREAL, Américo	1163
hist. ^a , biografia e geog.	O infante D. Henrique - o homem e a sua época	DOMINGUES, Mário	2011
	Madame Curie	BIGLAND, Eileen [e/ou o de CURIE, Eva?]	1551
	Louis Pasteur	MALKUS, Alida Sims	1541
lit. ^a para crianças	Contos para crianças	LIMA, Fernando Castro Pires de	7740
	O romance da raposa	RIBEIRO, Aquilino	6761
	Fábulas de animais e outras	ESOPO & LA FONTAINE	6724
informação p/crianças	Aventuras do Trinca-Fortes	MÜLLER, Adolfo Simões	3296
	Históriazinha de Portugal	MÜLLER, Adolfo Simões	3094
	Portugal para os pequeninos [ou Portugal pequenino?]	ANGELINA, Maria, BRANDÃO, Raúl	2860
lit. ^a para adolescentes	«Os lusíadas» contados às crianças e lembrados ao povo	BARROS, João de	7263
	Robin dos Bosques	FERREIRA, Leyguarda	5971
informação p/adolescentes	Crónica do Condestável de Portugal	CORTESÃO, Jaime (adaptação de)	4203
	História trágico-marítima	SÉRGIO, António (adaptação de)	3637
	A vida de Nun'Álvares	MARTINS, Oliveira	2707

Fonte: *Boletim informativo*, n.º 6 (1962), p. 205.

Por esta lista de livros preferidos confirma-se o predomínio da literatura de ficção. Neste caso, as obras indicadas são de autores nacionais, sobretudo de Júlio Dinis (com 5 títulos). De resto, em termos de representatividade, apenas Simões Müller tem mais do que uma obra de ficção. Os 2 escritores já citados, juntamente com Daniel Rops, formam o trio de autores com mais duma obra eleita pelos leitores. O dado mais curioso é que as obras do grupo «literatura» são mais requisitadas que as dos grupos «literatura para crianças» e «literatura para adolescentes», o que contraria a tendência da procura atrás delineada e permite sugerir que as escolhas supostamente feitas por adultos (embora não tivessem que ser só por estes, algumas delas podiam também ser requisitadas por adolescentes) estavam mais concentradas no que respeita à ficção. Note-se ainda que o tipo de obras ligadas aos grupos «informação para crianças» e «informação para adolescentes» continham exclusivamente obras sobre a história de Portugal, reforçando assim esta disciplina, a qual apenas estava representada por biografias de personalidades históricas (mas duas delas estrangeiras).

A questão das leituras e dos autores segundo as idades dos leitores suscita equívocos. Não só era possível os adolescentes lerem livros para adultos, como o inverso. Assim, um

funcionário da FCG relatou, no início dos anos 60, que uma senhora de 80 anos resolvera ler “toda a colecção de Júlio Verne, conscienciosamente, do primeiro ao último volume” (cf. “Bibliotecas itinerantes!..”, 1961, p. 55). Também as crianças tentavam contornar os critérios da FCG, com exemplos que deviam ajudar a pensar melhor o artificialismo de certas fronteiras: “Lembramos casos pitorescos: como o do garoto que queria ler o «Noivado do Sepulcro», de Soares dos Passos. Mas o espanto geral logo se desfez: o rapaz era filho do coveiro da terra e o nosso poeta, sob determinado ponto de vista, dignificara uma profissão”.

O relato do mesmo funcionário contribui ainda para contrariar outro equívoco, o baseado no determinismo das leituras segundo a situação sócio-profissional, dando o exemplo da capacidade interpretativa dum leitor de poucas posses, um camponês supostamente de meia-idade: “Lembramos esse alentejano que nunca tinha lido um livro, cavador rude, homem de enxada, que dois anos depois de iniciada a obra das Bibliotecas Itinerantes, discutia desenvoltamente connosco os romances de Camilo Castelo Branco e de Balzac”. Um outro utente, também trabalhador rural alentejano, pretendia ler um livro do filósofo Sampaio Bruno, apesar da oposição velada do encarregado (cf. “O carro-biblioteca”, 1962, p. 219). Também à mesma contrariedade se sujeitaria um barbeiro que queria ler *Os lusíadas*, com o mesmo encarregado a demovê-lo dizendo que estava “cheio de mitologia”. Em alternativa, o dito barbeiro escolheria o *Amor de perdição* (de Camilo). Este tipo de relatos ajuda ainda a equacionar as potencialidades da leitura em termos de ascensão social: “Lembramos aquele outro trabalhador rural que descobriu connosco essa maravilha moderna, a electricidade, e é hoje um operário especializado” (cf. “Bibliotecas itinerantes!..”, 1961, p. 55).

Num testemunho dum inspector do Serviço, de início dos anos 60, fica implícito que as obras preferidas dos leitores das bibliotecas da FCG seriam aquelas que eram mais comentadas nas comunidades, estando então nessa situação 3 obras, todas elas da ficção nacional: *Os lusíadas* (de Camões), *Rosa do adro* (de Manuel M.^a Rodrigues), *Amor de perdição* (de Camilo; cf. “O carro-biblioteca”, 1962, p. 219).

Pelo relato do inspector José Barbosa, tomamos conhecimento do protesto dum utente com mais de 90 anos (trata-se de Joaquim A. B. Falcão), pela falta de obras de Garrett e de Morris West na biblioteca da FCG a que recorria³¹.

³¹ Cf. ofício manuscrito (21/IV/1969) de José Barbosa, cx. «Correspondencia[/] Dr. Miranda Mendes[/] Dr. Jose Barbosa», 1964-86.

Ainda nesse mesmo ano de 1969, e a propósito da suposta consolidação qualitativa das leituras nas bibliotecas da FCG, Branquinho da Fonseca salientava o contributo destas no próprio percurso escolar e social dos seus utentes:

“A eficiência das bibliotecas, mais do que pela soma total dos livros requisitados, mostra-se evidente na espécie de obras consultadas, resultante do maior número de leitores evoluídos no sentido da valorização cultural. E estes leitores devem a sua formação às nossas bibliotecas, que começaram a frequentar há mais de dez anos, quando andavam ainda na escola primária. Deve também registar-se que muitos leitores têm declarado que continuaram a estudar, frequentando hoje os liceus ou as escolas técnicas, em consequência dos interesses despertados pela leitura e orientação que lhes foi facultada. Além disso, o empréstimo de livros a estudantes pobres vem contribuindo de maneira decisiva para esta valorização individual e profissional”³².

Apesar deste cenário, permaneciam os protestos de leitores quanto a lacunas na oferta bibliográfica. Esta era a opinião do grupo cultural do Cine-Forum (Funchal)– formado por 6 pessoas entre os 16 e 20 anos (estudantes liceais, um estudante/ professor e um empregado de escritório) – no respeitante à oferta disponível na Madeira para a juventude, incluindo a da FCG:

“Sobre leituras, o que é que existe na Madeira? Bibliotecas que não «funcionam». Livros inacreditáveis. Há a Biblioteca Municipal que não «funciona»; a Biblioteca da Gulbenkian tem livros sem interesse; há as bibliotecas do Liceu e da Escola Industrial e Comercial. Uma pessoa que queira ler um livro de interesse tem de o comprar e depois vai passá-lo aos amigos. Quanto a leituras, portanto, o mesmo vazio [que no teatro e no cinema]” (“A juventude madeirense..”, 1973).

Outros leitores das bibliotecas da FCG queixavam-se do desprezo face aos seus pedidos de aquisição de novas obras³³. O inspector Campanário alertaria ainda para os atrasos no envio de livros (em particular dos escolares), o que comprometia a actividade das bibliotecas num momento em que havia mais interesse pela leitura nas escolas locais, e preconizava o estudo das opções da procura para uma maior inserção das bibliotecas nas comunidades locais³⁴. Finalmente, uma inspecção de finais dos anos 70 a bibliotecas da Zona Centro introduzia de novo a ligação entre o pedido de certas obras e as necessidades escolares de parte dos utentes:

³² Cf. cópia do relatório de 1969 do SBI, 11/II/1970, fl. 2, cx. «Relatórios [1967–]», 1968/99.

³³ Cf. ofício de 13/XII/1975 do inspector Manuel Abreu Campanário, cx. «Correspondencia[/] Dr. Baptista de Lima[/] Abreu Campanario», 1964-86.

³⁴ Cf. ofício de 9/III/1976 do inspector M. A. Campanário, *idem*. No original: “Põe-se aqui um problema comum a todas as nossas Bibliotecas: Há de facto todo o interesse em saber-se quais os géneros literários e as obras que mais interessam às populações servidas por cada Biblioteca, pelo que os seus responsáveis deveriam ter uma intervenção directa neste assunto” (cf. *idem*, fl. 2).

a título de exemplo, o encarregado da Biblioteca Fixa de Cantanhede solicitava o envio, em grande quantidade, dos livros *A morte do palhaço* (de R. Brandão), *O Malhadinhas* (Aquilino), *O delfim* (Cardoso Pires), *O barão* (Branquinho da Fonseca) e *Eurico, o presbítero* (Herculano), sendo grande parte ou a totalidade destes considerada de leitura obrigatória no ensino propedêutico, actual 12.º ano de escolaridade³⁵.

Um inquérito à frequência das bibliotecas fixas da Marinha Grande, Abrantes e Idanha-a-Nova, realizado por um funcionário superior do Serviço em 1988, permite confirmar algumas das tendências anteriores e destacar outros aspectos (cf. Fernandes, 1990, p. 515/6). Assim, o correspondente estudo– baseado na escolha de unidades com oferta e serviço similares (quanto ao fundo bibliográfico, ao horário e a bons núcleos de periódicos e de obras de referência) e na análise da respectiva estatística do movimento de leitura em 3 meses (Março, Junho e Outubro)– apresenta as seguintes conclusões: a) prevalência do sexo feminino; b) Março como o mês com maior movimento de leitura; c) frequência minoritária pelos adultos (29%) e preferência destes pelos periódicos; d) crianças e adolescentes como os maiores frequentadores, permanecendo as crianças “pouco tempo”; e) utilização das bibliotecas para trabalhos escolares pelos adolescentes, os quais “têm muitas dificuldades na selecção das bibliografias e não gostam de fazer muitas consultas”; f) ligação das obras de ficção com maior procura aos trabalhos escolares; g) estabilidade na procura de obras de referência, as quais superam as “obras de fundo” na elaboração de estudos monográficos; h) leitores das diversas unidades sem diferenças de “gostos ou preferências” (cf. *idem*, p. 516). Esta questão da semelhança de gostos em bibliotecas de zonas geográficas tão diferentes (uma do litoral, outra do centro e outra ainda do interior) remetia para o papel homogeneizador da escola:

“Apesar das assimetrias existentes a nível económico e social entre as localidades citadas, chegamos à conclusão de que em matéria de leituras ou utilização das Bibliotecas existia uma grande unanimidade. A isso não deve ser, não é, alheio o sistema de ensino, os programas escolares, e obviamente a própria estrutura das Bibliotecas”.

Este fenómeno evidenciava ainda o uso das bibliotecas da FCG como bibliotecas escolares, à falta destas ou da sua qualidade.

Adite-se duas notas finais sobre o perfil do leitor, pois embora não respeitem à procura em si mesma revelam, indirectamente, a influência da escola.

³⁵ Cf. relatório de inspecção de 2/I/1979 do inspector geral do SBI A. Quadros, cx. «Correspondencia[/]

Uma primeira nota destina-se ao levantamento das “profissões dos utilizadores das bibliotecas”, da Secção de Estatística e Planeamento do SBIF e datado de 22/XI/1983, o qual revela uma forte predominância dos estudantes, sobretudo os dos ensinos básico e secundário (cf. quadro 4).

Quadro 4: profissões dos leitores das bibliotecas da FCG (1983)

profissões dos leitores (e grandes grupos de profissões ou de ocupações)	%
peças que exercem profissões científicas, técnicas, artísticas e afins	1,27
quadros superiores da administração pública e privada	0
empregados de escritório	1,40
vendedores e compradores	0,43
agricultores, criadores de animais, trabalhadores florestais, pescadores, caçadores e profissionais afins	4,00
sondadores e perfuradores de poços, mineiros, trabalhadores de pedreiras e salinas e preparadores de minérios	0,05
trabalhadores dos transportes e comunicações	0,38
operários qualificados, especializados e indiferenciados das indústrias transformadoras	3,90
profissionais dos serviços de protecção e segurança, serviços pessoais e domésticos, dos desportos e similares	0,56
<i>Subtotal</i>	11,99
estudantes do ensino básico	46,68
estudantes do ensino secundário	32,50
estudantes do ensino universitário	0,24
<i>Subtotal</i>	79,42
Domésticas	7,89
peças sem profissão definida	0,70
<i>Subtotal</i>	8,59

Fonte: *Boletim Cultural*, série VI, n.º 2 (VI/1984), p. 64.

Só estes grupos totalizam perto de 80% do total. Destaque-se ainda o grupo das «domésticas», ocupando o 3º lugar graças a uma representação de quase 8% do total. As profissões ligadas ao sector primário (excepto minas) obtêm 4% e os «operários qualificados..» quase outro tanto.

Uma segunda e última nota respeita à distribuição dos leitores das bibliotecas da FCG por grandes grupos etários, onde também se confirma que os maiores frequentadores são os mais jovens, donde, os estudantes (vd. quadro 5).

Quadro 5: movimento de leitores atendidos nas bibliotecas da FCG, por idades (1958-90)

data	crianças	adolescentes	adultos	crianças (%)	adolescentes (%)	adultos (%)	total de leitores
1958-62	1097904	941108	532200	42,7	36,6	20,7	2571212
1963-67	2691377	2306894	1304720	42,7	36,6	20,7	6302991
1968-72	3369406	2888062	1633411	42,7	36,6	20,7	7890879
1973-77	3316102	2842372	1607571	42,7	36,6	20,7	7766045
1978-82	3139310	2695476	1511787	42,7	36,7	20,6	7346573
1983-87	3762317	3179310	1964814	42,2	35,7	22,1	8906441
1988-90	2354050	1967975	1317715	41,7	34,9	23,4	5639740
1958-90	19730466	16821197	9872218	42,5	36,2	21,3	46423881

Fonte: *Boletim Cultural*, série VII, n.º 5 (XII/1991), p. 75.

Curiosamente, as percentagens quinquenais e trienal de cada um dos grandes grupos etários são estáveis: as «crianças» detêm sempre valores na casa dos 42%, os «adolescentes» na dos 36% (excepto em 1988-90, com quase 35%) e os «adultos» na dos 20% (excepto desde 1983 em diante). Assim, apenas o grupo dos «adultos» subiu percentualmente nos últimos 8 anos do período em apreço. Porém, esta subida foi ligeira. Finalmente, em termos absolutos, a melhor fase para todas as categorias situa-se entre 1968 e 1987, sobretudo desde 1983.

Em jeito de conclusão

Uma oferta entre o ideal e o oficial, assim se poderia resumir a proposta da FCG se tal asserção não fosse demasiado redutora. Em rigor, a leitura oferecida pela Gulbenkian obedeceu a delicados compromissos tecidos entre o ideal e o possível. Em primeiro lugar, dirigiu-se a um público predominantemente jovem (e estudantil), apesar das intenções originais dum projecto de educação popular pós-escolar sobretudo para os adultos. Tal demonstrava, implicitamente, as graves carências a nível de bibliotecas municipais e, sobretudo, de bibliotecas escolares (fenómeno ainda hoje visível, embora em muito menor grau). Em segundo lugar, o catálogo do Serviço de Bibliotecas Itinerantes resultou dum equilíbrio entre as propostas bibliográficas das bibliotecas estatais, a selecção da FCG, os cortes na oferta operados no interior daquele departamento sectorial e os resultantes das censuras política e social. Apesar disso, o acervo bibliográfico da FCG traduzia uma oferta inovadora, humanista e plural, de certo modo rompendo com as propostas estatais existentes durante o Estado Novo.

Paradoxalmente, os leitores não terão tido grande influência nas grandes linhas da oferta, apesar da pretensa abertura (mais retórica que efectiva), sobretudo devido ao procedimento muito centralista e algo fechado da instituição. Além disso, a procura efectiva

acentuou as principais características do catálogo, dando a primazia à literatura de ficção, seguindo à distância e, progressivamente, as obras para o público infanto-juvenil, incluindo livros informativos. Ao invés, a leitura de obras mais reflexivas, de ciências sociais e humanas, ficou aquém da oferta (embora em crescendo), relação esta ainda mais evidente quanto às ciências puras e às aplicadas. Finalmente, comprovou-se que a oferta da FCG evoluiu ao longo do tempo, e que a ruptura entre ditadura e democracia foi aqui operante, permitindo libertar a leitura para novos títulos e temáticas.

Bibliografia citada

- *“A actividade desenvolvida pela Fundação Gulbenkian em favor da cultura portuguesa foi posta em relevo na Feira do Livro” (1965), *O Século*, Lisboa, 27/V/1965.
- *“A juventude madeirense em mesa-redonda” (1973), *Notícias da Amadora*, Amadora, 24/III/1973.
- *“Bibliotecas itinerantes! Um facho vivo de luz, percorrendo as estradas de Portugal” (1961), *Boletim Informativo*, Lisboa, SBI-FCG, n.º 2 (I/1961), p. 54-56.
- *CASTELO, Cláudia (1995), “Prémio e castigo”, *Expresso*, Lisboa, 20/V/1995, p. 98-103 (Revista).
- *“Catálogo dos livros das bibliotecas da FCG” (1960), *Boletim Informativo*, Lisboa, SBI-FCG, n.º 1 (X/1960), p. 14-47.
- *COELHO, Alexandra Lucas (2003), “Apoio às bibliotecas por concurso”, *Público*, Lisboa, 21/II/2003.
- *FCG (imp. 1961), *Relatório do presidente. 20 de Julho de 1955 – 31 de Dezembro de 1959*, Lisboa, FCG.
- *FERNANDES, Francisco Armando (1990), “A rede de leitura pública da Fundação Calouste Gulbenkian na actualidade”, *3.º Congresso Nacional de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas. 1.º Congresso Internacional de Bibliotecários de Língua Portuguesa [actas]*, Lisboa, [AP]BAD, vol. 1, p. 509-518.
- *GEORGE, João Pedro (2002 [1998]), *O meio literário português (1960-1998). Prémios literários, escritores e acontecimentos*, Lisboa, Difel.
- **Instruções para utilização das bibliotecas itinerantes [da FCG]* [1958], Lisboa, [Tip. Scarpa].
- *MELO, Daniel (2001 [1997]), *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- *MELO, Daniel (2002), *A leitura pública no Portugal contemporâneo (1926-1987)*, Lisboa, ISCTE, tese de doutoramento.
- *MÓNICA, Maria Filomena (2002), “«O Crime do Padre Amaro»: o livro e o filme”, *Público*, Lisboa, 26/XI/2002, p. 42.
- *MUKERJI, Chandra, SCHUDSON, Michael (1991), “Introducing: rethinking popular culture”, in Chandra Mukerji e Michael Schudson (eds.), *Rethinking popular culture. Contemporary perspectives in cultural studies*, Berkeley/ Los Angeles/ Londres, University of California Press, p. 1-61.
- *“O carro-biblioteca” (1962), *Boletim Informativo*, II série, Lisboa, SBI-FCG, n.º 6, p. 218-220.
- *PIRES, José Cardoso (1999), *E agora José?*, 2.ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- *PORTUGAL. PCM. COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA (1981), *Livros proibidos no regime fascista*, s. l., Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista.
- *QUADROS, António (1984), “Os tempos heróicos – um testemunho”, *Boletim Cultural*, VI série, Lisboa, SBIF-FCG, n.º 2, VI/1984, p. 40-44.
- *SARAIVA, António José, LOPES, Óscar (1985 [1955]), *História da literatura portuguesa*, 13.ª ed. revista e actualizada, Porto, Porto Editora.
- *TENGARRINHA, José (1973), *A novela e o leitor português. Estudo de sociologia da leitura*, Lisboa, Prelo Editora.
- *“Três anos de actividade” (1962), *Boletim Informativo*, Lisboa, SBIF-FCG, n.º 6 (1962), p. 207-211 e 215.